

Metas difíceis, mas não inatingíveis

22 OUT 1998

Diferentemente do que ocorreu no passado, o País não vai se comprometer com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com objetivos praticamente impossíveis de cumprir. As metas de ajuste fiscal que servirão de base para o acordo que o País deve proximamente realizar com o Fundo exigirão duros cortes nas despesas do governo e, certamente, aumento de receitas, mas elas não são irrealistas.

O ano que exigirá maiores sacrifícios será 1999. Se, de fato, o governo conseguir em 1998 um superávit primário de R\$ 5 bilhões, o que é considerado factível, isso corresponderá a 0,55% de um PIB de US\$ 908 bilhões (valor calculado pelo IBGE para julho de 1998). Será preciso um esforço extraordinário para passar disso para 2,6% do produto real no período de 12 meses, mas não impossível. Feito o grande ajuste no ano que vem, será mais suave, principalmente se aprovada uma reforma tributária, passar para um superávit primário de 2,8% em 2000 e de 3% em 2001.

É grande o "suspense" quanto às medidas que o governo deve anunciar na próxima semana, para dar início efetivo ao ajuste. O governo prevê um esforço concentrado do Congresso para aprovação final da reforma da Previdência, das leis complementares relativas à reforma administrativa e da nova Lei de Finanças Públicas, com o mecanismo de corte ou de gatilho, como vem sendo chamado, para ser utilizado todas as vezes que as despesas superarem os valores previstos.

De imediato, as autoridades contam com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), sendo a alíquota aumentada para 0,3%, aumento da contribuição dos funcionários públicos ativos e inativos para a Previdência Social, mas há incerteza quanto a aumento de impostos, possibilidade que a sociedade rejeita.

É essencial que os juros baixem rapidamente para facilitar o ajuste no ano decisivo de 1999

me de uma enganosa isonomia, parece-nos que o grande problema consistirá em fazer com que os estados e municípios compreendam que se trata de um ajuste de todo o setor público, o que significa rigorosa contenção de despesas nos três níveis de governo.

Será indispensável também que o governo retome, sem mais delonga, a política de redução dos juros. Embora o resultado primário não abranja as despesas com juros, é de todo o interesse que as taxas se reduzam, e não só para o progressivo controle do déficit nominal, que melhor espelha a situação das contas públicas. A queda de juros é essencial para manter estável a economia. Se o nível

de atividade cair muito, isso inexoravelmente se refletirá sobre as receitas, comprometendo o ajuste fiscal. E como 1999 será decisivo para o atingimento das metas, será necessário que os juros baixem rapidamente.

Estamos convencidos de que isso pode ser feito. Com uma linha de crédito de US\$ 25 bilhões ou US\$ 30 bilhões ao Brasil, a manutenção de reservas em um nível acima de US\$ 40 bilhões, iniciativas dirigidas para restabelecer o equilíbrio da balança comercial e a continuidade do programa de privatização, o Brasil poderá conduzir o ajuste, sem dependência de capitais de curto prazo e sem recorrer a medidas traumáticas, como seria uma forte desvalorização do real. Ou seja, não há necessidade de manter o cupom cambial em um patamar muito alto para atrair de volta recursos que fugiram do País nos últimos meses.

A rebaixa dos juros, desonerando o governo, junto com o corte de gastos, contribuirá para reduzir a necessidade de financiamento junto à rede bancária doméstica, que poderia suprir, em maior proporção, as necessidades de capital de giro do setor privado.

Será muito complexo operar essa transformação, mas acreditamos que não será inviável fazê-lo se o governo contar com o apoio do Congresso para levar adiante a agenda das reformas. Com a percepção externa de que o ajuste não é fantasia, o País poderá voltar a captar recursos de longo prazo no exterior, mesmo antes de atingir as metas. ■